



III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

Movimentos Sociais e Participação Social

TEMPLATE – TRABALHO COMPLETO – Apresentação Comunicação Oral

A emergência dos novos movimentos sociais: o *hip hop* como um movimento social, político e cultural a partir da perspectiva de classe

Isadora das Graças Freitas ¹
Taíse Silva Antunes ²

Resumo: O objetivo do artigo é apresentar o movimento *Hip Hop* como um movimento social, cultural e político, que possui vinculação com a estrutura de classes que o capital desenvolve, não se reduzindo somente às suas especificidades de grupo e às pautas identitárias. Para isso, foi necessário abordar o contexto histórico que propiciou a emergência do movimento *Hip Hop* e ainda a discussão da questão social, que é evidenciada pelos elementos que o compõe. Por fim, apresentamos a importância desse movimento ao se vincular com o movimento negro, a luta de classes e os desafios que são postos ao *Hip Hop*.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Luta de Classes; Hip Hop

Abstract: The objective of the article is to present the *Hip Hop* movement as a social, cultural and political movement, which is linked to the class structure that the capital develops, not reducing itself to its group's specificities and identity patterns. For this, it was necessary to approach the historical context which provided the emergency of the *Hip Hop* movement and also the discussion of the social question, which is evidenced by the elements that compose it. Finally, we presented the importance of this movement by linking with the black movement, the class struggle and the challenges that are put to Hip Hop.

Keywords: Social Movements; Class Struggle; Hip Hop

1. INTRODUÇÃO

Considerando o *Hip Hop* como um movimento social, cultural e político, no qual o conhecimento torna-se um elemento fundamental para alguns grupos do movimento, podemos assim, perceber a sua atuação na sociedade civil contemporânea como um novo movimento social que apresenta suas pautas particulares e identitárias, sem se desvincular da compreensão da luta de classes.

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora, e-mail: isa.freitas101@outlook.com

² Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora, e-mail: taíse.antunes@outlook.com



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

O movimento do capital com a reestruturação produtiva de acumulação flexível trouxe impactos para a organização da classe trabalhadora e inaugurou mudanças nas formas de produção e nas relações de trabalho. Nesse contexto histórico vivenciou-se também uma crise ideopolítica tanto do capitalismo como do socialismo, que rebateu na organização da classe trabalhadora, o que possibilitou a emergência dos novos movimentos sociais unidos pelas manifestações do “maio francês” de 1968. É nesse período, na década de 1970/80, que surgiu o movimento *Hip Hop* com a finalidade de denunciar a realidade da população negra oprimida pelo capitalismo, realidade essa que já vinha sendo denunciada pelo Movimento Negro, esse que com o surgimento do *Hip Hop* ganha impulso alcançado outros segmentos da população negra, principalmente a periférica.

O movimento *Hip Hop*, através dos elementos que o compõe e seu discurso contestador, possibilita a denúncia da realidade de uma forma inovadora e uma politização daqueles que o movimento consegue atingir, trazendo à tona a questão social indissociável ao modo de produção capitalista. Para essa análise consideramos que a questão social só se constitui enquanto questão social a partir do protagonismo da classe trabalhadora no cenário político, em decorrência das mazelas geradas pela contradição entre capital e trabalho. Assim, ao considerarmos o *Hip Hop* como um movimento social, cultural e político, no qual o conhecimento é apontado como um elemento fundamental para alguns grupos do movimento, esse se coloca como essencial para uma compreensão mais global da estrutura capitalista fundamentada no antagonismo de classes, o que não exclui as particularidades do movimento.

2. CONTEXTO HISTÓRICO DE EMERGÊNCIA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Para analisarmos o movimento *Hip Hop*, entendemos que ele é um movimento da contemporaneidade, com origens mais exatas na década de 70 enquadrando-se, portanto, nos chamados “Novos Movimentos Sociais” (NMS). Assim, é necessário situar o contexto histórico de surgimento desses movimentos de forma mais geral e porquê ocorre a emergência desses novos movimentos sociais em detrimento da centralidade dos movimentos tradicionais do operariado, ou seja, dos partidos e dos sindicatos.

O debate dos Novos Movimentos Sociais, não por acaso, tem início na década de 1960, onde acontece naquele momento fatos que potencializam a organização da sociedade civil, em torno de “novas pautas” que antes não possuíam visibilidade no movimento operário, dando emergência aos novos movimentos sociais.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Nesse momento vivencia-se a expansão do capitalismo monopolista em seu estágio imperialista, sendo possível observar o fenômeno do neocolonialismo em relação às economias periféricas, especialmente às latino-americanas, sendo essas caracterizadas como economias de capitalismo dependente, ou seja, subordinadas às economias dos países de capitalismo central ou imperial, ainda que constitucionalmente sejam países independentes. Porém, por não possuírem um projeto nacional desenvolvido pela burguesia propicia um terreno sólido para o neocolonialismo. Além disso, há uma disputa econômica e ideológica entre os dois blocos econômicos evidenciada na Guerra Fria, entre o socialismo e o capitalismo, protagonizado pela URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e pelos Estados Unidos, onde essa disputa promove processos revolucionários e ditaduras. Nesse período também, vivencia-se o esgotamento dos “Anos Dourados” do modo de produção capitalista, propiciado pelo modelo fordista/taylorista de acumulação combinado com a política keynesiana.

A crise do capital vivida na década de 1960/1970 é substancial para entendermos a emergência dos novos movimentos sociais, mas não só, pois ocorrem mudanças no âmbito da produção em decorrência da exaustão do modelo de acumulação fordista/taylorista, ocorrendo à emersão de outro modelo de acumulação, em resposta a tal crise. O modelo de acumulação em questão é o toyotismo ou padrão de acumulação flexível, que traz mudanças para o mundo trabalho³.

Tais mudanças afetam a organização da classe trabalhadora, já que esse modelo de acumulação flexível horizontalizado (no qual a produção é compartilhada entre diversos segmentos produtivos, não se restringindo somente a uma unidade produtiva como se caracterizava o modelo de acumulação rígido), ao combinar a exploração da mais-valia absoluta e relativa, descentraliza o operariado da fábrica, ou seja, não é necessário que o trabalhador permaneça longos períodos na produção. O toyotismo inaugura mudanças na forma de produzir, onde com o processo de horizontalização aflora o trabalho terceirizado. Assim, diante de tais circunstâncias a consciência de classe sofre impactos, à medida que o trabalho é fragmentado, heterogeneizado e complexificado⁴, o que nos permite compreender a insuficiência do movimento operário em relação às denúncias das mazelas da questão social, que se tornam mais complexas a partir das modificações nas relações de

³ A discussão sobre o modelo de acumulação flexível e os impactos no mundo do trabalho pode ser encontrada nas obras de Harvey (2012) e Antunes (2009).

⁴ Ver Antunes (2009).



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

produção e de trabalho e por conseguinte, possibilita a emergência dos novos movimentos sociais.

Aliado às mudanças produtivas e seus reflexos nas alterações das relações de trabalho, mudanças essas que fragilizam o processo de consciência de classe, podemos associar à crise do modelo socialista de sociedade como contribuinte no processo de tal fragilização política. A crise do socialismo real vivenciado na URSS, como explica Netto (2012) tem centralidade política, já que a socialização do poder político não foi condizente com as necessidades daquele modelo econômico, o que comprometeu a legitimação do marxismo-leninismo que alimenta a projeção comunista, ocasionando assim uma fragilização política da classe trabalhadora. Dessa forma, o socialismo entra em crise e a classe trabalhadora fica despossuída de um modelo político, econômico e social no qual se espelhar.

Para compreendermos o processo de emergência dos novos movimentos sociais, é necessário destacar as mudanças culturais que ocorrem juntamente com a mudança produtiva e a crise ideológica experimentada no período referido, tornando o “Maio Francês de 1968” como emblemático para essa compreensão. O ano de 1968 foi marcado por diversos conflitos políticos, no qual o movimento estudantil assume protagonismo nas mobilizações sociais, potencializando a união com trabalhadores, aliança essa que foi capaz de promover uma greve geral na França. (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011). Em decorrência dessa movimentação na sociedade civil,

o maio francês ajudou a abrir caminho para que surgissem movimentos que levantaram bandeiras político-culturais progressistas como os feministas, o dos negros — Malcon X, os Panteras Negras e Luther King se manifestavam pelos direitos civis dos negros norte-americanos—, os ambientalistas, os movimentos contra opressão homofóbica. (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p.258-259).

Esse movimento da sociedade civil, protagonizado pela juventude, onde a sociedade em sua maioria não se identificava nem com o projeto de sociabilidade do capital, nem com o projeto revolucionário nas bases do marxismo-leninismo, possibilita abertura para uma perspectiva pós-moderna, na qual há uma tendência à valorização ao subjetivismo, um culto à espontaneidade, uma ênfase na identidade e um foco na particularidade. Observa-se a transferência de protagonismo da classe para os sujeitos sociais, sendo a ação do sujeito determinante, já que há uma rejeição ao conhecimento totalizante, fundamentado em uma suposta crise da razão. Diante disso, “os interesses universais e de classes teriam sido



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

substituídos, nessa perspectiva, por objetivos grupais específicos e localistas dos Novos Movimentos Sociais.” (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p.320).

3. A DISCUSSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

A questão social, nesse contexto de emergência dos novos movimentos sociais, não se descola do movimento da sociedade civil, como propõe alguns teóricos. As formas de denúncia expressas em diferentes movimentos sociais nesse momento, como o ambientalista, o feminista, o LGBT, o dos negros, não se desvinculam da contradição central entre capital *versus* trabalho, portanto, a perspectiva classista não perde sua centralidade, ainda que esses movimentos proponham pautas particulares e identitárias.

Entendendo a questão social a partir do aprofundamento das desigualdades sociais decorrentes da expansão do capital, onde o questionamento da ordem é oportunizado, é que a questão social ultrapassa o sinônimo de contradição entre capital e trabalho, entre forças produtivas e relações de produção que geram desigualdades sociais, pobreza, desemprego, etc., passando a ser compreendida como embate político, determinado por essas contradições. (PEREIRA, 2001). Assim, a questão social se configura com o protagonismo de “(...) sujeitos estrategicamente situados ao assumirem papéis políticos fundamentais na transformação de necessidades sociais em questões.” (ibidem. p. 51), onde ao mesmo tempo em que a questão social é desigualdade, é também rebeldia dos sujeitos que a vivenciam, que a ela se opõem e a ela resistem. (IAMAMOTO, 2000 *apud* PEREIRA, 2007).

O modelo de acumulação flexível evidencia novas formas de exploração, desigualdades e violências antes escamoteadas pelo regime de pleno emprego e consumo em massa, sendo muitas delas aprofundadas nessa nova fase do capital. Assim, quando o capitalismo entra em crise, no qual os altos salários e a política de pleno emprego não podem ser mais garantidos, devido à reestruturação produtiva pautada no modelo flexível de acumulação, evidencia-se a exploração feminina, por exemplo, já que as mulheres tem que se inserir no mercado de trabalho para que as condições básicas de vida sejam garantidas; além de um pauperismo crescente e um aumento do exército industrial de reserva. Em decorrência disso, as formas de discriminação são aprofundadas entre mulheres, negros e homossexuais, já que a esfera de produção tende a contar com um contingente de trabalhadores bastante seletivo e reduzido, logo não há espaço para aqueles que destoam do trabalhador tradicional (homem, hétero e branco). Observa-se aqui a ocorrência do racismo



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

institucional, da homofobia e do assédio moral (principalmente com as mulheres) — é importante ressaltar que a reestruturação produtiva não inaugura essas opressões à classe trabalhadora, mas as aprofunda e as evidencia nesse período histórico de acirramento da questão social

As mudanças sociais que ocorrem naquele momento ocasionam novas manifestações da questão social, com a precarização e penalização dos trabalhadores na sociedade capitalista contemporânea, como ilustra Yazbek:

(...) emergem processos e dinâmicas que trazem, (...) questões como: o desemprego, o trabalho precário, os sem terra, o trabalho infantil, a moradia nas ruas ou em condições de insalubridade, a violência doméstica, as discriminações por questões de gênero e etnia, as drogas, a expansão da AIDS, as crianças e adolescentes de rua, os doentes mentais, os indivíduos com deficiências, o envelhecimento sem recursos, e outras tantas questões e temáticas relacionadas à pobreza, à subalternidade e à exclusão com suas múltiplas faces. (YAZBEK, 2009, p.155).

Isso justifica os novos movimentos sociais, à medida que a questão social incorpora novas manifestações, sendo somente o movimento operário insuficiente para denunciar as expressões da questão social configuradas sob novas roupagens. Assim, a questão social é mediatizada por relações de gênero, de raça, conformada ainda por formações sócio-territoriais e históricas, envolvendo processos de lutas onde o proletariado ingressa no cenário político a partir da tomada da consciência de classe, exigindo do Estado ações que se configuram nas políticas sociais, lutando contra a repressão do mesmo (IAMAMOTO, 2001).

Ainda que as lutas sociais possuam um viés pós-moderno, com suas pautas identitárias e com seus objetivos grupais e específicos, cabe destacar que essas lutas sociais, a feminista, a do movimento LGBT, a do movimento negro, a ambientalista, etc., se analisadas para além da sua reivindicação imediata, encontram-se nelas, ainda que não seja explícito, o fundamento estrutural da contradição capital *versus* trabalho, a exploração de uma classe sobre a outra, ou seja, a luta de classes. Portanto, as lutas sociais na contemporaneidade não se descolam da luta de classe; essa falta de unidade é justificada devido à fragmentação, a heterogeneização e a complexificação da classe. Assim, com a fragmentação da classe sofrendo as mais diferentes explorações e violações há a fragmentação das lutas que denunciam suas necessidades mais imediatas, como é o caso do movimento *Hip Hop*, nosso objeto de análise.

4. O MOVIMENTO HIP HOP



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Em resposta a todo esse processo histórico, já citado, os novos movimentos sociais surgem apresentando pautas não somente classistas, mas também pautas particulares e identitárias, já que o movimento operário se tornou insuficiente para denunciar as mazelas da questão social. É nesse mesmo contexto que surge o *Hip Hop*, como um movimento social, cultural e político, que vêm como uma forma de denúncia às expressões da questão social vivenciadas pela população periférica, majoritariamente negra. Segundo Silvia, “a palavra Hip Hop surge a partir das gírias dos jovens do subúrbio norte americano em meados da dec de 80. Hip abreviação de hipster (pessoa que está na moda) e hop (viagem, apressar-se).” (SANTOS, 2012, p.4).

Diante disso, o *Hip Hop*, de acordo com as elaborações de Santos (2012), pode ser entendido como um movimento juvenil de maioria negra e utilizado como uma ferramenta política dessa juventude excluída. Embora o mesmo pautar questões particulares e identitárias, ele também revela a questão da luta de classes. Ou seja, o *Hip Hop* é tanto um movimento cultural, quanto político. Isso fica evidente quando se vê construções de músicas, como essa abaixo:

Não há neutralidade, toda arte é engajada
a uma ou a outra proposta,
por ação ou omissão, nada está acima
da luta de classes, não nesse sistema,
não nos parâmetros da cultura humana
neste milênio e neste planeta
(Rap do Poeta Urbano⁵)
(SANTOS, 2012, p.3)

Portanto, o “Hip Hop surge como movimento cultural relacionado às transformações sociais, políticas e econômicas que atingiram a juventude no Bronx, bairro nova-iorquino, a partir da década de 70.” (ZIGONE, 2006 *apud* SANTOS, 2012).

Vale a pena ressaltar que esse movimento retrata o cotidiano das pessoas que residem nesses bairros periféricos e é carregado de uma cultura própria da periferia, no qual o dia a dia é questionado. Sendo assim, esse movimento cultural e social, acaba ultrapassando os espaços habituais dos norte americanos e ganha o mundo (SANTOS, 2012), já que o mesmo é um movimento que leva em consideração as características locais de cada comunidade e dos seus respectivos moradores.

Segundo Silvia,

(...) o estilo Hip Hop tem sua origem nas africanidades (elementos inscritos na tradição africana — música rítmica e oralidade — reelaborados na diáspora) e no

⁵ Letra referenciada por Santos (2012) no artigo Hip Hop de Fortaleza: movimento social de maioria negra.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

combate ao racismo e à violência praticada no cotidiano, como manifestação jovem, originada nas ruas de periferia das cidades. (SANTOS, 2012, p.4).

A autora diz ainda que “os elementos do Hip Hop são também alvo de polêmicas, pois não existe um consenso de quantos elementos o movimento é composto” (ibidem, p.4.). Ela apresenta que os elementos mais utilizados como base do movimento são: o rap (ritmo e poesia), a dança (break) e o grafite. Além disso, alguns grupos de *Hip Hop* acrescentam ao rap mais dois elementos, o DJ e o MC.

O primeiro, “(...) propagou-se como música de protesto nos bairros pobres, de maioria negra e latina de New York” (ibidem, p.5). Já a dança, “(...) tem origem nos Estados Unidos, é uma dança com características de expressão corporal com movimentos fortes, angulosos e coreografias acrobáticas (...)”. (ibidem, p.6). O terceiro é uma manifestação gráfica plástica, com estilo livre de desenhos multicoloridos que expressam o cotidiano dos jovens e temas sociais, que surge em Nova York em meados de 1970. (ibidem, p. 6).

Além disso, a autora, a partir das considerações de Zigone (2006), aponta o conhecimento como o quinto elemento do *Hip Hop*. Isso demonstra o caráter político desse movimento social, o qual significa muito mais do que compreender a questão identitária ali presente, mas requer também apreender todo o processo sócio-histórico que incide sobre o lugar onde os jovens negros majoritariamente residem (as periferias) e também os rebatimentos desse processo no cotidiano dos mesmos.

Assim, “o Hip Hop é um movimento contestador e mobilizador amplo, com alcance mundial, porém sua prática é local, como os denominados novos movimentos sociais.” (RIBEIRO, 2006 *apud* SANTOS 2012).

Além disso, Silvia realça que:

O hip hop surge exatamente na mesma época (final de 70 e início de 80) da eclosão dos ditos novos movimentos sociais, que passam a incorporar as questões de gênero e raça no processo de uma sociedade mais plural, participativa e democrática. No final dos anos 80 o movimento se torna o porta voz jovem das periferias brasileiras, trazendo a tona para sociedade os conflitos e desigualdades vividas no universo dos bairros pobres das cidades. Os happers apresentam um Brasil hierarquizado, autoritário e racista. (SANTOS, 2012, p.11).

Portanto, pode-se dizer, que o *Hip Hop* é um movimento social, político e cultural, apresentando-se como um caminho para fortalecer essa consciência de classe, uma vez que “(...) é um movimento de produção coletiva, engajada, política e inovadora, não apenas em suas propostas de manifestação e denúncia, mas sobretudo na estética dessa manifestação política.” (ibidem. p.12) O mesmo vai denunciar a realidade vivida pela



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

população da periferia, que revela o embate das classes, na qual a classe dominante tende a colocar a classe trabalhadora em condições cada vez mais subalternas.

5. A ALIANÇA ENTRE O MOVIMENTO NEGRO E O MOVIMENTO *HIP HOP* NO BRASIL

Para compreendermos o movimento *Hip Hop* como um movimento social, político e cultural, devemos entender primeiramente a organização negra na sociedade civil que possibilita a emergência do *Hip Hop* no Brasil. No país o movimento negro pode ser dividido em quatro fases, de acordo com Domingues (2007), sendo a primeira fase da Primeira República ao Estado Novo (1889- 1937); a segunda fase inicia na Segunda República e vai até Ditadura (1945- 1964); o terceiro momento do movimento tem início no processo de redemocratização à Nova República (1978-2000) e por fim a quarta fase do movimento negro segue dos anos 2000 em diante, sendo o *Hip Hop* um dinamizador do movimento.

O movimento negro compreende,

(...) todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros (...). Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como “clubes de negros”], artísticas [como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos “centros de pesquisa”] e políticas [como o Movimento Negro Unificado]; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro. (Santos, 1994, *apud* DOMINGUES, 2007 p.102).

No qual a raça se faz o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação no intuito de resolver seus problemas na sociedade, já que essa se encontra marginalizada do mercado de trabalho, do sistema educacional, político, social e cultural (DOMINGUES, 2007), desde a Proclamação da República. Desse modo, os negros instituíram no Brasil diversas organizações como forma de enfrentamento à essa marginalização, como o Centro Cívico Palmares; a imprensa negra; a Frente Negra Brasileira (FBN) fundada em 1931; outro agrupamento importante foi a União dos Homens de Cor, intitulada também de Uagacê ou simplesmente UHC, fundada em 1943 por João Cabral Alves; no mesmo período houve também a criação do Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado em 1944.

Na década de 1970 nasce o grupo Palmares em Porto Alegre, defendendo a substituição das comemorações de 13 de maio para o dia 20 de novembro, tem-se a emergência do movimento Soul, entre a juventude negra, batizado posteriormente de Black



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Rio e em 1976 foi fundado o Instituto de Pesquisa das Culturas negras. (Domingues, 2007).

Em 1978 ocorre a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) que

significou um marco na história do protesto Negro do país, porque, entre outros motivos, desenvolveu-se a proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações anti-racistas em escala nacional. O objetivo era fortalecer o poder político do movimento negro. Nesta nova fase, a estratégia que prevaleceu no movimento foi a de combinar a luta do negro com a de todos os oprimidos da sociedade. A tônica era contestar a ordem social vigente e, simultaneamente, desferir a denúncia pública do problema do racismo. Pela primeira vez na história, o movimento negro apregoava como uma de suas palavras de ordem a consigna: "negro no poder!" (DOMINGUES, 2007, p.114-115).

É possível ressaltar no plano de ação do MNU de 1982 as seguintes reivindicações mínimas: desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do movimento negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; a organização para enfrentar a violência policial — o que se torna posteriormente pauta do movimento *Hip Hop* —; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país. Portanto percebemos que o MNU enfatizou a denúncia contra o racismo e contribuiu vigorosamente para a consolidação de uma nova identidade cultural e racial para o negro.

Assim, o movimento negro "africanizou-se", construindo uma nova identidade racial, que se faz fundamental para a luta política do movimento dos anos 2000 em diante, no qual o *Hip Hop* torna-se um catalisador do movimento negro. Em decorrência do fenômeno do movimento *Hip Hop* e sua propagação na sociedade civil o movimento negro cria aliança com o mesmo, o que dinamiza e amplia o movimento negro fazendo com que outros segmentos da população sejam atingidos por uma retórica política diferente da dele, principalmente pela via do rap, pelo qual a população periférica, em especial os jovens, consegue apreender e integrar críticas políticas e sociais através das letras das músicas. Um exemplo dessa aliança foi a Marcha pela Democracia Racial, feita em 13 de maio de 1999, que

foi um exemplo de luta pela igualdade e pela atuação do negro na sociedade. (...) A participação de integrantes do movimento Hip Hop na marcha foi muito positiva. Eles estão somando forças com os outros movimentos negros e ganhando mais bagagem política (...). (ROCHA *et al.*, 2001, p. 120).

O *Hip Hop* como já defendido é um movimento juvenil que expressa a rebeldia dos jovens negros da periferia, por meio da expressão artística que conjuga a música, o break e o grafite. Ele foi introduzido no Brasil no início da década de 1980, mas foi em virtude do



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

rap, com seu discurso contestador que o jovem negro alcançou recursos para expor suas ideias e sua situação social. (SILVA, 2005). O antropólogo Marco Aurélio Paz Tella defende que o rap é um instrumento de contestação da realidade social, proporcionando uma leitura crítica da sociedade por meio de suas letras (ROCHA *et al.*, 2001) e diz que “por meio da denúncia dos problemas étnicos e sociais da população negra, ele [o rap] proporciona uma gama de referenciais para a juventude negra. Tais referências questionam o imaginário social de nossa sociedade.” (ROCHA *et al.*, 2001, p.31). Dessa forma, o *Hip Hop* que inicialmente se apresenta como um movimento social que expressa a rebeldia da juventude afrodescendente, oxigena o movimento negro à medida que contribui para a afirmação a identidade racial e cultural do negro e seu fortalecimento enquanto um grupo social e se expande na sociedade, principalmente na periferia, como forma de denúncia da realidade vivida dessa população, assumindo para além do lado subjetivo do movimento negro o lado político, fazendo críticas da condição do negro, da periferia, aliada às críticas ao sistema capitalista de produção, dando ao movimento um caráter classista.

Podemos afirmar, portanto que a musicalidade presente na organização negra, que se apresentou como uma forma de resistência desde o período escravocrata para os negros continua sendo um dos mecanismos de resistência negra feito agora através do rap, no qual a linguagem utilizada pelo mesmo permite que ele atinja um segmento social maior e mais diverso, especialmente à população periférica onde o movimento surge, já que esse movimento apresenta um discurso e uma linguagem de conscientização política de fácil compreensão do que a usada pelo movimento negro. (ROCHA *et al.*, 2001). Dessa forma, percebe-se a importância do *Hip Hop* para o processo de formação crítica e política da periferia, pois “os rappers falam de um jeito ágil e moderno de assuntos extremamente sérios.” (SILVA, 1998 *apud* ROCHA *et al.*, 2001, p.118), apontando temáticas que atingem principalmente aos jovens da periferia. Assim, pode-se dizer que “as transformações produzidas pelo hip hop na autoestima dos jovens da periferia têm sido pela estética ou estilo e por um tipo de discurso formalmente diferente da retórica política [do movimento negro].” (SILVA, 1998 *apud* ROCHA *et al.*, 2001, p. 119).

Outro elemento que se deve considerar para a promoção desse processo de conscientização a partir do rap, é o fato dos jovens negros da periferia se sentirem representados pelos rappers, uma vez que eles vivem a mesma realidade. Assim, os jovens e outros adeptos à cultura *Hip Hop* conseguem compreender o processo de exclusão dos negros na sociedade, a luta de classes presente na mesma, todos os embates que ocorrem



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

na realidade da população negra periférica, além de apreenderem também a importância de lutar pelos direitos da população, em especial ao direito de fala da periferia.

Além disso, O rapper Marcelo Buraco realça ainda importância de uma luta não de raça, mas de classe (ROCHA *et al.*, 2001) e diz que “hoje é toda uma classe social, a do trabalhador, que está sendo massacrada” (ROCHA *et al.*, 2001, p. 121-122), além de apontar a importância do *Hip Hop* para essa luta, pois considera que “ o hip hop não é só um movimento de negros. É a manifestação de toda uma classe social marginalizada.” (ROCHA *et al.*, 2001, p. 123); o que reforça que o *Hip Hop* é um movimento social, cultural e político que pauta a luta de classes.

6. CONCLUSÃO

Compreendendo o movimento do capital em sua fase global de acumulação flexível, acirrando as condições precárias de vida da classe trabalhadora e os rebatimentos que ele tem sobre a organização da mesma, ocorrendo uma fragilização da consciência de classe, o movimento *Hip Hop* como um dos novos movimentos sociais apresenta sua importância ao denunciar a realidade da população negra, pobre, da periferia, entendendo que essa fase de acumulação capitalista tende a colocar essa população em condições ainda mais subalternas.

O movimento social, político e cultural da classe subalterna, expresso também no *Hip Hop*, torna-se um elemento fundamental na sociedade contemporânea ao explicitar o embate das classes, por meio da explanação das particularidades da periferia através dos elementos que compõe o *Hip Hop*, evidenciando por meio dele as expressões da questão social que se configuram também no protagonismo da classe trabalhadora. Dessa forma, o *Hip Hop* se constitui como um movimento social, cultural e político fundamental no fortalecimento da consciência de classe, uma vez que denuncia a opressão da classe subalterna, afirmando que o movimento não está descolado da estrutura, da luta de classes.

A partir de nossa análise, compreendemos que o maior desafio que está posto ao movimento *Hip Hop*, não é somente a compreensão deste como expressão do antagonismo de classes na sociabilidade do capital, mas também a difusão do mesmo na sociedade. Assim, ele poderá ser compreendido não como um movimento de um grupo específico, somente com pautas particulares e identitárias, mas sim como um movimento que se utiliza da politização para denunciar a situação de vida da classe trabalhadora, pautando o embate



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

de classes. A partir dessa politização seria possível realizar um movimento da classe enquanto classe para si.

Para que isso seja possível, é necessário que o *Hip Hop* continue fazendo a denúncia da realidade, principalmente periférica, fundamentada na luta de classes, utilizando a arte como forma de manifestação da classe trabalhadora, visto que os elementos que compõe o *Hip Hop*, especialmente a música estão carregados de posicionamento político. Dessa forma, podemos vislumbrar um fortalecimento da consciência de classe — consciência essa fragilizada com a atual fase do capital — por meio desse movimento.

É preciso destacar também como desafio posto ao *Hip Hop* a interlocução com outros movimentos sociais, como o LGBT, o ambientalista e o sindical, como vem fazendo com o feminista, por exemplo, e o movimento negro do qual o *Hip Hop* é expressão. Pois a partir dessa interlocução o particularismo das pautas podem ser ultrapassadas, avançando para a compreensão da dimensão da luta de classes, entendendo que a estrutura do capital gera uma polarização de classes, onde uma classe sempre irá oprimir a outra, desdobrando pautas pelas quais o movimento sindical, o negro, o LGBT, o feminista, o ambientalista lutam na contemporaneidade.

Assim, a importância da atuação política desse movimento social, torna-se uma ferramenta para o fortalecimento da consciência de classe, à medida que este evidencia o antagonismo da luta de classes expressa nas condições materiais de vida da população periférica, que é majoritariamente negra. Dessa forma, pautas em comum entre o movimento negro e o *Hip Hop*, como exemplo a pauta contra o racismo, contra a violência policial e a exploração do trabalhador podem fortalecer o reconhecimento da luta de classe, oriunda do modo de produção capitalista, no qual seja utilizado um discurso de fácil compreensão como o promovido pelo *Hip Hop*, abrangendo assim vários segmentos da sociedade e unificando movimentos, como se observa na aliança entre os dois movimentos citados que juntos promovem um processo de conscientização política e crítica da população negra e periférica.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, R. Lutas sociais e desenho societal socialista no Brasil recente. *In: _____*. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro**: alguns apontamentos históricos. Tempo [online]. 2007, vol.12, n.23, pp.100-122. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>. Acesso em 13 de mar. 2019.

DURIGUETTO, M. L. e MONTÃO, Carlos. **Estado, Classe social e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

GOMES, Maíra Neiva. **A musicalidade negra como resistência**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/musicalidade-negra-como-resistencia/>. Acesso em: 13 mar. 2019.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**. Brasília: ABPESS, nº 3, 2001.

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul de. O Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais. *In: Relações sociais e Serviço Social no Brasil*- Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 33ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Potyara A. P. Questão social, serviço social e direitos da cidadania. **Revista Temporalis**. Brasília: ABPESS, nº 3, 2001.

PEREIRA, Viviane Souza. **População de rua em Juiz de Fora**: uma reflexão a partir da questão social. 2007, 147p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, programa em Pós- graduação em Serviço Social, Juiz de Fora.

ROCHA, J; DOMENICH, M; CASSEANO, P. **HIP HOP: A periferia grita**. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Capitalismo dependente e luta de classes em Florestan Fernandes. *In: Entre a Nação e a Barbárie*; os dilemas dos capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Silvia Maria Vieira dos. **Hip Hop de Fortaleza**: movimento social de maioria negra. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000132012000100033&lng=en&nrm=abn. Acesso em: 23 nov. 2018.

SILVA, Elida Maria da. **Jovens negros na década de 90**: denúncia, sociabilidade e construção de identidades étnica em torno do movimento hip hop. Revista de Iniciação Científica da FFC, v.5,n.1/2/3, p. 30-36, 2005.

NETTO, José Paulo. **A crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. As condições histórico-sociais da emergência do Serviço Social. *In: Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 8ªed. São Paulo: Cortez, 2011.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

_____. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. **Revista Temporalis**. Brasília: ABPESS, nº 3, 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. *In*: **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.